



MEMÓRIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021

Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2021, das 10 às 11 horas, realizou-se por via videoconferência a 37ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Compareceram os representantes das seguintes instituições: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU, da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, do Ministério Público do Trabalho – MPT e da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, antes de discorrer sobre a pauta, comentou sobre o site institucional da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná (<http://www.rededecontrole.pr.gov.br/>) e as buscas possíveis no sítio eletrônico. Também, reforçou a importância da Rede, tendo em vista a integração de diferentes níveis de governos e de áreas na definição de pautas de interesse comum. Aproveitou para ressaltar que o Regimento Interno, disponibilizado em <http://www.rededecontrole.pr.gov.br/Pagina/Rede-de-Controle-no-Estado-do-Parana>, é uma ferramenta de orientação, cuja interpretação flexível permite adequações para garantir a efetividade do trabalho da Rede. Explanou a possibilidade dos membros das Comissões também participarem das reuniões ordinárias do Colegiado, visando maior compartilhamento de conhecimento e experiências, observado, porém, que

voz e voto serão exclusivos do titular do Colegiado. Adicionalmente, as comissões devem ter uma dinâmica própria de reuniões e trazerem nas reuniões ordinárias do Colegiado os assuntos relevantes. Por fim sugeriu que cada Comissão tenha um coordenador escolhido por seus membros. Após a introdução, submeteu aos membros do Colegiado o exame das atas das reuniões ocorridas nos dias 04/12/2020 (37ª Reunião Ordinária), 22 e 29/01/2021 (1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias, que foram aprovadas por unanimidade. E, deixou a palavra aberta.

Bruno Galatti (MPPR) aproveitou a oportunidade para solicitar esclarecimentos ao TCE e TCU sobre a existência de recomendação específica a respeito da transparência do Plano de Vacinação da COVID-19.

Rafael Ayres (TCE/PR) informou que foram encaminhados aos municípios um questionário sobre a vacinação com quinze perguntas, abrangendo quatro eixos: plano de ação, divulgação, logística e sistema de informação. Até o momento, foram obtidas respostas de 330 municípios, dos quais 97% afirmaram ter Planos de Vacinação Municipais e cerca de 30% não deram publicidade aos critérios de priorização. Essa ação desempenhada pelo TCE/PR é classificada como uma medida preventiva e pedagógica, com o intuito de nortear os municípios. Por fim, complementou informando que a Coordenação-Geral de Fiscalização do TCE vem estudando metodologias para implantação de um Índice de Transparência Pública da vacinação.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU) externou o anseio de ir além do âmbito estadual da instituição. O TCU tem como meta acompanhar os 26 Estados e, se possível, as capitais, podendo ser ampliado aos demais municípios, a fim de replicar as boas práticas adotadas entre os entes federativos.

Margaret Carvalho (MPTPR) explanou algumas preocupações: (i) quantidade de “fura filas”, por conta da desorganização das secretarias estaduais e municipais de saúde; (ii) a impossibilidade de exigência de cadastro em aplicativos para promoção da transparência; (iii) uso de equipamentos de proteção individual classificados como indevidos; e (iv) prestação de contas dos recursos para a União.

Paula Cristina Conti Tha (MPF) aproveitou o ensejo para divulgar webinar sobre os desafios de vacinação, que ocorrerá na próxima semana.

Valéria Borba (MPC) acredita que o processo de vacinação deve estar mais bem estruturado, tendo em vista a grande demanda para poucas doses de vacina. Sendo, portanto, inevitável a ocorrência de “fura filas”. Considera que os Poderes Públicos em todas as esferas devem se unir a fim de acelerar o processo de vacinação.

Matheus Gruber (CGE/PR) expôs algumas medidas adotadas pela CGE/PR: (i) edição da Resolução CGE nº 06/2021 para transparência em relação ao quantitativo dos vacinados por grupo e região; (ii) CGE Itinerante fez a pesquisa de satisfação na 03º, 15º, 16º, 17º e 21º Regionais de Saúde, para verificação da forma de distribuição e quais medidas estão sendo adotadas; (iii) Estado disponibilizou mais de R\$ 2 milhões em insumos para vacinação aos municípios; e (iv) levantamento diário de denúncias que em casos afirmativos da veracidade terão apuração na Coordenadoria de Corregedoria, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Bruno Sergio Galatti (MPPR) sugere que sejam estabelecidas as responsabilidades de cada servidor envolvido no processo de vacinação, por meio de ato administrativo específico.

Ney da Nóbrega Ribas (OSB) ressalta a importância do cumprimento de prazos previstos em legislações, objetivando garantir a transparência dos contratos, logísticas, pagamentos, entre outros.

André Rolim Romagna (CGU) informou que o Ministério da Saúde vem realizando debates internos e que, após deliberações conclusivas, estas seriam repassadas aos demais entes federativos.

Francisco Horst Bignardi Reinhardt (RFB) relatou a ocorrência de apreensões de mercadorias irregulares vinculadas à COVID-19, que são redistribuídas para as regiões próximas ao porto.

Maurício Kalache (MPPR) reforçou a importância da comunicação entre os órgãos envolvidos na Rede a fim de evitar retrabalho. Externou a ideia de criação de protocolo de possíveis compartilhamento de dados entre os entes. Por fim, validou a

possibilidade das reuniões ordinárias ocorrerem mensalmente nas sextas-feiras às 10 horas, bem como informou que irá convidar os integrantes das Comissões para uma primeira reunião de ajustes da metodologia a ser adotada.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública.	Colegiado	05/02/2021
2	Aprovação da criação de comissão especial e temporária para o acompanhamento das ações de governo contra a pandemia.	Colegiado	05/02/2021
3	Indicações dos representantes das instituições no Colegiado e nas Comissões Permanentes.	Colegiado	-
4	Convite aos integrantes das Comissões Permanentes para reunião de alinhamento das atividades.	Maurício Kalache	-
5	Agenda da próxima reunião – primeira sexta-feira do mês de março às 10 horas.	Todos	05/03/2021